

Oriente Médio, Brics e os limites do Sul Global



» GUILHERME FRIZZERA
Doutor em relações internacionais pela UnB e coordenador de relações internacionais na Uninter

A escalada militar entre Estados Unidos, Israel e Irã costuma ser analisada pelos aspectos mais imediatos. Discute-se dissuasão, capacidade militar e risco de ampliação da guerra no Oriente Médio. Esse foco é compreensível. Ainda assim, a crise revela algo mais amplo sobre a forma como o poder opera no sistema internacional. O episódio ajuda a entender como os países atuam em um ambiente marcado por interdependências profundas e por relações que nenhum governo controla por completo.

O caso do Brics ajuda a iluminar esse cenário. O grupo reúne economias do Sul Global e busca ampliar seu espaço de atuação na governança global. Ainda assim, a guerra atual mostrou como essa coordenação pode se tornar delicada. O Irã integra o agrupamento. Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita participam das atividades. Outros membros mantêm laços estratégicos com Washington ou com Israel. Diante desse quadro, não surgiu uma posição comum após os bombardeios e as retaliações. Não é falta de vontade. É estrutural.

Esse silêncio vai além da cautela diplomática e reflete a inserção desses países no sistema

internacional. O Brics não é uma aliança de segurança. É um espaço de articulação entre países que buscam ampliar sua margem de atuação em um sistema que não controlam plenamente. A convergência é possível em temas econômicos e institucionais. A coordenação se torna mais difícil quando crises militares alteram o conjunto de relações em que esses países estão inseridos.

A guerra no Golfo Pérsico evidencia esse limite. Países que cooperam em várias agendas podem ter percepções distintas sobre conflitos regionais. Cada governo precisa considerar suas relações comerciais, suas parcerias políticas e suas preocupações de segurança. Essas relações formam um ambiente de interdependência que condiciona as escolhas possíveis. Em um mundo organizado por fluxos financeiros, energéticos e tecnológicos, o poder depende menos de capacidades isoladas e mais da posição que cada país ocupa nas redes que estruturam essas relações. O resultado costuma ser uma diplomacia cautelosa, que preserva vínculos e evita rupturas.

Esse quadro revela mudanças importantes no funcionamento do sistema internacional. A política global já não se organiza só por alianças rígidas ou blocos definidos. Muitos Estados participam de diferentes fóruns e mantêm relações com vários centros de poder ao mesmo tempo. Um país pode cooperar economicamente com um parceiro, negociar tecnologia com outro e, ao mesmo tempo, manter diálogo político com diferentes atores.

Nesse ambiente, a autonomia externa assume um significado distinto daquele imaginado em

períodos anteriores. Ela não depende do isolamento. Depende da gestão de vínculos em um ambiente de assimetria. Autonomia passa a significar a capacidade de administrar relações diversas e de ajustar conexões dentro dessas redes. Potências médias procuram preservar espaço de decisão ao diversificar vínculos e evitar compromissos automáticos em disputas entre grandes potências.

A guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã torna essa lógica mais visível. Coalizões amplas conseguem articular posições sobre comércio, financiamento ou governança internacional. Já a coordenação diminui quando crises militares entram em cena, pois os vínculos externos de cada país passam a influenciar suas escolhas.

O episódio revela um paradoxo do momento atual. O peso econômico e político do Sul Global cresceu nas últimas décadas, e novas plataformas de cooperação ampliaram o espaço de articulação entre esses países. Ainda assim, esses arranjos mostram limites quando precisam lidar com crises internacionais que atingem diretamente alguns de seus membros.

A guerra no Oriente Médio não desafia apenas o equilíbrio regional. Ela também revela aspectos da política internacional em um sistema mais interdependente e menos previsível. Países cooperam em várias frentes e preservam margens próprias de decisão. A ordem que emerge desse processo não se organiza em blocos rígidos. Ela se forma em redes de relações nas quais a autonomia depende da capacidade de navegar interdependências que nenhum Estado controla plenamente.

Um sistema e um plano a serviço da educação brasileira



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cadeira Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

O ano em curso — apesar de ser um ano “curto”, em função da Copa do Mundo e das eleições — será estratégico para a educação brasileira: seja por conta da implementação do Sistema Nacional de Educação (SNE), que ditará o pacto federativo que articula políticas educacionais entre União, estados, DF e municípios, visando garantir a qualidade, a equidade e o direito à educação básica e superior no Brasil; seja porque será o primeiro ano do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2025-2035; sem falar que será o ano em que ocorrerá a primeira revisão dos critérios de distribuição da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Estamos, assim, falando da implementação do regime de colaboração, sob a perspectiva do SNE, para o alcance das metas previstas para a educação em nosso país nos próximos 10 anos, em conformidade com o PNE, que só se efetivará se fizermos uma boa gestão, com o financiamento adequado.

Nesse contexto, a espinha dorsal do SNE consiste, a meu ver, no regime de colaboração entre os entes federados, visando superar a atual fragmentação do ecossistema educacional; e na gestão e no planejamento sob a perspectiva da construção de instâncias tripartites para definir metas, financiamento e suporte técnico em padrões mínimos de qualidade que estabeleçam normas de avaliação para as escolas e redes de ensino. Isso vai ser importante porque um dos calcanhares de Aquiles dos dois últimos PNEs foi a ausência de responsabilização no cumprimento das metas estabelecidas. Assim, espera-se que o SNE possa contribuir para dar maior clareza ao papel de cada um dos entes federados para que cumpram as 58 metas desse novo PNE sedimentadas em 18 objetivos.

Por exemplo, no que se refere ao último PNE (2014-2024), lembro-me bem de que, quando conseguimos, em 2009, retirar a educação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) — mecanismo legal do Poder Executivo para usar livremente parte da arrecadação de um tributo que, a princípio, teria de ser aplicado em uma área específica —, os governos deveriam, em contrapartida, nas suas três esferas administrativas, em regime de colaboração, universalizar a oferta educacional dos 4 aos 17 anos até 2016. Isso foi incorporado ao PNE. Mas os resultados ficaram muito longe disso, e nada aconteceu. Essa e tantas outras metas não foram cumpridas, e ficamos por isso mesmo — o que só enfraquece o papel do PNE como principal instrumento de planejamento da educação brasileira.

Sobre o novo PNE, um ponto muito favorável foi a mudança do indicador de qualidade para a educação básica, saindo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o percentual de alunos com aprendizado adequado ao final de cada etapa escolar, tanto em língua portuguesa como em matemática. Não quero com isso tirar o mérito do Ideb, que cumpriu um exemplar papel de mobilização social em torno da educação — mas que, apesar disso, se mostrou insuficiente perante os desafios atuais vinculados à oferta de uma educação de qualidade para todos.

Ao trazer o percentual de alunos com aprendizado adequado, o novo PNE não só aumenta o rigor da qualidade em termos de aprendizagem, como dialoga diretamente com um dos parâmetros de financiamento da educação básica — o Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), que, em 2025, injetou cerca de R\$ 5,4 bilhões nos municípios e estados brasileiros. Todavia, para se habilitar a esses recursos, as unidades da Federação precisam atender a cinco condicionantes, dos quais o mais desafiador — o terceiro condicionante — se refere à aprendizagem adequada e às reduções das desigualdades escolares. Para se ter uma ideia, dos 5.570 municípios brasileiros, apenas 66,4% conseguiram em 2025 habilitar-se nesse quesito. Além disso, é esse binômio que está estritamente vinculado a outro mecanismo de financiamento em nosso país, o ICMS Educacional — um mecanismo que destina parte da cota municipal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (no mínimo 10%) aos municípios.

Assim, torna-se cada vez mais relevante aos municípios e estados estabelecer políticas com base em dados e evidências que possam melhorar o aprendizado adequado, além de reduzir as desigualdades escolares. Nesse contexto, desigualdades de aprendizagem tendem a se traduzir também em desigualdades de financiamento. Para enfrentá-las, o país tem agora um SNE em processo de implementação e um novo PNE que se encontra em fase final de aprovação no Senado Federal.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



Entre o circo e o pão, escolhi a responsabilidade



» PAULA BELMONTE
Deputada distrital e segunda vice-presidente da Câmara Legislativa

O BRB nasceu para ser instrumento de desenvolvimento do Distrito Federal. Um banco público criado para financiar infraestrutura, apoiar quem produz, fortalecer empresas locais e proteger o servidor. Essa sempre foi a sua missão.

Nos últimos anos, porém, assistimos a uma mudança profunda na sua condução. Arenas, camarotes, grandes patrocínios, expansão nacional, marketing intenso. A chamada “nação rubro-negra”, apresentada como estratégia de crescimento, gerou quase meio bilhão de reais em prejuízo. A Arena BRB não demonstrou retorno proporcional ao investimento realizado. Patrocínios foram firmados sem que a sociedade tivesse clareza objetiva sobre a contrapartida efetiva ao banco.

O espetáculo cresceu. E o risco também. Foram mais de R\$ 30 bilhões em aquisições de crédito e negociações envolvendo o Banco Master, alterando significativamente o perfil da instituição.

Na tribuna, fiz uma representação simbólica. Levei um banco de plástico para mostrar a fragilidade da carteira que estava sendo adquirida. Alertamos que estavam vendendo como couro algo que, pelos fundamentos apresentados, parecia plástico. Não era retórica. Era análise técnica de risco.

Muitos discordaram. Muitos acreditaram que

era ousadia, modernização, protagonismo. E aqui é preciso uma reflexão honesta. Quando a corte aplaude o espetáculo, quando a sociedade se encanta com o camarote, quando empresários celebram a expansão sem questionar os fundamentos, todos nós, de alguma forma, participamos desse processo. O “pão e circo” que estudamos nos livros de história não pertence apenas ao passado. Ele se repete quando o aplauso substitui a análise.

Permanecemos mais de 11 horas reunidos com o presidente do BRB, senhor Nelson Antônio, e parlamentares. Onze horas de questionamentos técnicos. E não saímos com um número claro e consolidado sobre o prejuízo total do banco.

O que foi apresentado é que um aporte de aproximadamente R\$ 6 bilhões poderia trazer estabilidade operacional. Isso não significa que esse seja o tamanho da perda acumulada. A dimensão completa do impacto ainda não foi apresentada de forma objetiva e consolidada. E existem outras situações em apuração. Isso é grave.

Também foi informado publicamente que membros da alta administração e agentes públicos têm financiamentos em condições diferenciadas junto ao banco. A sociedade precisa conhecer os critérios adotados. Banco público não pode operar com dois pesos e duas medidas.

Chegou à Câmara o PL nº 2.175/2026, propondo socorro por meio de nove terrenos vinculados a órgãos e empresas públicas. Contudo, não foram apresentados endereços, valores, nem as autorizações formais dos conselhos e das estruturas societárias envolvidas. Estamos falando de dados básicos: localização, valor, autorização, regularidade. Sem essas informações, não há como exercer responsabilidade parlamentar.

Não se trata de ser contra o banco. Trata-se de proteger o banco. Autorizar bilhões sem os elementos mínimos seria transferir à Câmara Legislativa a responsabilidade por decisões tomadas pela direção do banco e sustentadas politicamente pelo governo do Distrito Federal.

Saí da Câmara Legislativa com tristeza. Não por disputa política. Mas porque percebi que a situação pode ser mais grave do que se imagina. E, ainda assim, nos pediram pressa.

Não sabemos o tamanho exato do problema. Não sabemos se seis bilhões serão suficientes. Não temos os dados mínimos sobre as garantias oferecidas.

A Câmara Legislativa não poderia deliberar com base em estimativas abertas ou projeções genéricas. É dever institucional exigir documentação completa, laudos técnicos, pareceres jurídicos consolidados e demonstrações financeiras auditáveis. Esse é o padrão mínimo esperado em qualquer operação dessa dimensão.

Também é necessário compreender os desdobramentos de médio e longo prazo. Um banco público fragilizado impacta crédito, servidores, fornecedores e a própria credibilidade do governo perante o mercado. A solução precisa ser estrutural, não apenas emergencial.

Entre o espetáculo e a prudência, escolhi a prudência. Entre o aplauso fácil e a responsabilidade, escolhi a responsabilidade. O BRB é patrimônio do povo do Distrito Federal. E patrimônio público não pode ser tratado como palco. Patrimônio público exige governança sólida, critérios objetivos e respeito ao interesse coletivo acima de qualquer projeto circunstancial.

Que Deus nos abençoe e nos dê lucidez para proteger o que é de todos nós.